

## **NÃO É SÓ NA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA QUE HÁ LIMITES À LIBERDADE**

O sindicato promovia hoje, nos moldes habituais, junto aos escritórios da empresa do Presidente do Sporting Clube de Braga, uma acção de protesto dos trabalhadores da sala de jogo do bingo do S. C. de Braga, contra os salários em atraso, pela viabilização da sala de bingo, contra o despedimento colectivo em curso e pela manutenção dos postos de trabalho.

Contudo, o Governo Civil de Braga impôs condicionalismos ilegais, inconstitucionais e inaceitáveis que inviabilizaram a realização da acção.

Por despacho enviado por fax ao sindicato, o Senhor Governador Civil de Braga proíbe o estacionamento no local de qualquer viatura com som ou utilização de qualquer aparelhagem sonora.

Ora, no local previsto para a acção de protesto já foram realizadas outras acções nos mesmos moldes e nunca foi colocada qualquer objecção.

E, não existe razão para haver qualquer restrição ou impedimento.

Nas acções anteriores, a viatura nunca ficou estacionada em local de acesso aos edifícios e muito menos impediu a entrada de viaturas ou de pessoas.

Também nunca foi colocada em cima do passeio e por isso jamais condicionou ou impediu o trânsito pedonal.

A viatura sempre foi colocada em lugar onde é habitual estacionar.

Por outro lado, o som da viatura não ultrapassa 50 metros e o hospital fica situado a mais de 150 metros do local, não havendo por isso lugar a qualquer perturbação dos doentes.

Os escritórios, consultórios, habitações ou lojas jamais foram afectados com as acções de protesto anteriormente efectuadas no local, pelos menos nunca se queixaram.

Mesmo que houvesse alguma perturbação sonora para as lojas ou habitações mais próximas, e não houve, o direito de manifestação é um direito fundamental previsto na Constituição da República Portuguesa.

A única pessoa que pode ter-se sentido incomodada é o Exmo. Senhor Salvador, Presidente da Exma. Direcção do S. C. Braga, que deitou ao abandono completo a sala de jogo do bingo e os seus trabalhadores durante anos, que não fez a promoção daquela actividade económica do clube, não procedeu a melhorias nas instalações e equipamentos, enfim, não assegurou que a sala de jogo do bingo representasse uma oferta turística de qualidade conforme estava obrigado por lei.

Assim, parece estarmos perante uma limitação injustificada ao exercício de um direito fundamental com a qual jamais podemos concordar.

Aliás, as restrições que estão a ser impostas ao direito de manifestação, contrariam frontalmente as Normas Técnicas aprovadas e publicitadas recentemente pelo Ministério da Administração Interna.

Face ao impedimento da acção nos termos definidos pelos trabalhadores e à possibilidade de actuação coerciva por parte da autoridade policial respectiva, informamos que a acção de protesto de hoje foi suspensa por decisão desta associação sindical.